

QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO DO MST

Rose Riepe de Souza (UFFS – rose17riepe@gmail.com), Ana Cristina Hammel
(UFFS – ana.hammel@uffs.edu.br), Vanessa Dutra (UFFS –
vanessa55_dutra@hotmail.com)

Categoria da apresentação: Banner

Resumo: O referido escrito trata-se de uma síntese do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. A pesquisa intitulada “Luta pela Terra e Prática Pedagógica: A experiência da Escola Itinerante Herdeiros do Saber”, pretende analisar a prática pedagógica desenvolvida na Escola Itinerante Herdeiros do Saber no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, município de Rio Bonito do Iguazu/PR no contexto de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O presente resumo, objetiva refletir sobre a Questão Agrária no âmbito da luta pela terra do MST. Tendo em vista que, faz-se necessário compreender, primeiramente, a organização da posse e utilização da terra dada historicamente, para então analisar as ações edificadas pelo MST e a constituição de Acampamentos e Assentamentos. Para alcançar os objetivos propostos, esta sendo desenvolvida revisão bibliográfica, análise documental e diário de campo.

Palavras-chave: Questão Agrária, MST, Resistência.

Introdução

Ao pensar a opressão dos trabalhadores e a luta pelo direito a terra, esta se perpetua desde a colonização, porém, objetiva-se tratar a luta pela terra a partir da década de 1960. Este recorte se dá pelo fato de que neste período, se caracterizou um marco no desenvolvimento da tecnologia no campo, ou seja, intensificação e modernização da opressão aos produtores rurais camponeses que não conseguiram integrar-se ao modelo econômico em desenvolvimento, que mais tarde seria denominado de Revolução Verde¹.

O presente resumo compreende as discussões iniciais do capítulo “Questão Agrária e luta pela terra na Região Centro Sul – PR e a conquista do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio”, o qual busca refletir sobre as mobilizações a partir da década de 1960 em torno da luta pela terra e a constituição do MST e suas lutas e conquistas.

O trabalho em suma, apresenta elementos conceituais referentes à questão agrária e luta pela terra, bem como as mobilizações no campo que culminaram na constituição do MST em meados da década de 1980.

Materiais e métodos

¹ Adoção de técnicas agrícolas totalmente dependentes da indústria de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e da mecanização no processo produtivo agrícola. (FERNADES, 2000)



O presente estudo alicerça-se em revisão bibliográfica a partir de autores selecionados juntamente à orientadora. Buscou-se referencial para compreender a Questão Agrária Brasileira desde a década de 1960, bem como revisão de trabalhos realizados sobre a luta pela terra região Centro Sul/PR. Como referência empírica toma-se a experiência vivida pelos acampados de ocupação e constituição do Acampamento. A pesquisa desenvolve-se a partir de estudo de caso, observação e aplicação de questionário. Utilizando-se do critério participativo para a escolha dos entrevistados, consisti em entrevista semiestruturada com compilação dos dados de forma qualitativa.

Resultados e Discussão

A realidade agrária brasileira, historicamente, é marcada pela organização da propriedade da terra caracterizada pela concentração e disputa. Tendo em vista que sempre predominaram as organizações do monopólio da propriedade e centralização das terras em poucas mãos. Isso ocorre porque “a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital comprar e ter a propriedade privada de determinada área da natureza.” (STEDILE, 2012. p. 641).

Este é um dos grandes problemas de nossa sociedade, pois “a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, posse e a propriedade dos bens da natureza ocasionam [...] graves problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental.” (STEDILE, 2012.p. 643). O que gera uma incessante disputa com uma grande disparidade, de um lado uma pequena parcela, porém detentores de poder, e do outro um contingente de trabalhadores que possuem basicamente sua força de trabalho para sobrevivência. Trata-se aqui de um antagonismo entre exploradores e explorados acompanhado de luta pela terra.

A partir desta compreensão, aborda-se a questão agrária como um “conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível”. (MENDONÇA, 2006. p. 78). De tal modo, a questão agrária a partir desta concepção caracteriza a amplitude da opressão do sujeito do campo concebida a partir da naturalização das relações estabelecidas historicamente.

A reforma agrária no contexto de “modernização” da agricultura colocava-se um equivalente de colonização e não como crítica a estrutura fundiária. (MENDONÇA, 2006. p. 72). De tal modo, esta reforma agrária de colonização, onde o estado distribui parte das terras públicas ainda inexploradas para serem ocupadas, não objetivava resolver o problema agrário existente no país de opressão no campo, porque não divide a terra já ocupada, tão pouco considera fatores sociais de acesso a políticas públicas e melhora da vivência nesse meio, meramente determina a ocupação do espaço. (STEDILE, 2000).

De acordo com Fernandes (1998) a luta pela reforma agrária ganhou força com a manifestação das organizações políticas camponesas, sobretudo com o crescimento das Ligas Camponesas que faz luta pela terra, ou seja, a organização do povo no campo contra o alastramento do capitalismo vai de encontro com o objetivo de uma reforma agrária para a transformação social. Pois, sabe-se, que para além de acesso e permanência na terra para a produção da existência, a luta



pela reforma agrária é de cunho social almeja-se pelos trabalhadores do campo uma sociedade mais igualitária. Entende-se que:

A questão agrária desde muito cedo esteve no centro das lutas de emancipação no Brasil, fossem elas abolicionistas, republicanas ou separatistas, e atravessou os séculos até os dias atuais – como é o caso de movimentos tão díspares e importantes quanto a Revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem ou a Revolta de Canudos, e que redundaram em organizações como as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) ou o antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), já no século XX, interrompidas pelo Golpe de 1964. (GARCIA, 2012. p. 448)

Entretanto, atualmente, faz-se “necessário ver a reforma agrária – em sua concepção distributiva de terras - como fruto de uma decisão política do Estado para tentar solucionar algo mais amplo, a questão agrária – que obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte, ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo.” (MENDONÇA, 2006. p.77). Portanto, vale ressaltar que em suma a reforma agrária esta diretamente atrelada à questão agrária existente no país, e é vista como uma forma de superar a organização da sociedade atual, com um projeto de redistribuição da terra, que, no entanto, projeta-se uma nova sociedade alterando a estrutura de poder vigente, propositando uma nova dimensão de relações sociais, cunhada a partir da igualdade, compreendendo, portanto, luta pela terra articulada com a reforma agrária.

A luta por reforma agrária é muito ampla, entretanto o que se obtém de concreto é a divisão da terra por meio de assentamentos, “um governo promove políticas de assentamentos rurais, ou seja, assentar no meio rural famílias de Sem Terras organizados.” (FERNANDES, 2000. p. 30). Porém é ações isoladas não abrange todo o problema do latifúndio, ou mesmo todas famílias que precisam de terra, contudo promove a melhoria de vida dessas famílias organizadas.

“A organização coletiva dos trabalhadores rurais destituídos de seu meio de produção é um elemento de expressão da contradição e da luta de classes.” (JANATA, 2012. p. 62). O fato é que a sociedade capitalista produz as contradições existentes e sempre haverá quem se posicione contrário à imposição de desigualdade, fator que culminou as organizações sociais, que necessariamente é os trabalhadores exigindo seus direitos. Ajusta-se neste contexto à luta pela terra por meio de ocupações realizada pelo MST, pois contrário ao modelo hegemônico capitalista se estabelecem movimentos de luta pela terra, soberania alimentar, educação do campo e reforma agrária. Das diversas mobilizações geradas com posicionamento contrário ao capitalismo, destaca-se o MST pela continuo movimento de luta.

O MST surge decorrente do conflito agrário latente no Brasil, devido à estrutura fundiária que corresponde exclusivamente os interesses capitalistas, ao qual exclui o camponês, sem deixar espaço para sua cultura, seus valores, seu modo de vida. A partir da organização do MST, de reverificações e ocupações das lutas ocorridas no âmbito da questão agraria, altera-se diretamente a forma de organização da vida das pessoas, uma vez que ao se inserir na organização adere as suas bandeiras e causas que está para além da conquista da terra. Entre essas mudanças ressalta-se o processo de escolarização, como a luta pela educação dos sem terra que teve inicio quase ao mesmo tempo em que a luta pela terra, o que originou o Setor de Educação do MST. (KOLLING et al. 2012). As organizações das



lutas contra o capital no campo foram em todo país, porém ganha destaque as ações na região Centro Sul do Paraná, pois foram mobilizações inesperadas e de grandes proporções e resistências que obtiveram grandes conquistas.

Conclusões

Ao partir das análises contempladas no decorrer deste escrito, o mesmo procurou situar à questão agrária e a luta pela terra a partir da década de 1960, problematizando a opressão ao camponês por meio do desenvolvimento agrícola. Abordando alguns fatores determinantes para a organização do povo no campo e a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, evidenciando algumas conquistas do mesmo. Considerando que o MST é fruto das mobilizações da classe trabalhadora na década de 1980, está organizado em todo país. Vale ressaltar que, o mesmo, terá continuidade nas discussões entorno das ações do MST na Região Centro Sul/PR, a qual tem um longo histórico no que diz respeito à luta agrária, onde destaca-se três assentamentos, Ireno Alves, Marcos Freire e Celso Furtado originados a partir da década de 1990. Em meados de 2014, com a retomada das ocupações do MST no estado do Paraná, constitui-se o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio com 1400 famílias cadastradas. Nesse contexto, houve a necessidade da construção de uma escola característica para o Acampamento, portanto ergueu-se a escola Itinerante Herdeiros do Saber que possui 504 educandos matriculados. Para além de ter uma escola no Acampamento, faz-se necessário pensar na prática pedagógica desenvolvida nesta escola, esta questão é o elemento chave que norteia a pesquisa aqui relatada. Destaca-se que a pesquisa está em andamento e não possui conclusões específicas pra ademais já descrito.

Referências

- FERNANDES, B. M; STEDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- FERNANDES, B. M. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, 2000.
- FERNANDES, B. M. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 496-499.
- GARCIA, J. C. Legitimidade da luta pela terra. In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 458-465.
- JANATA, Natacha E. **Juventude que ousa lutar: trabalho, militância e educação de jovens assentados do MST**. 2012. 278 f. Tese (doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MENDONÇA, S. R. Representação agroindustrial e Reforma Agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária (1-PNRA 1995). In:_____. **A Questão Agrária no Brasil V – A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 – 1990**. São Paulo, Expressão Popular, 2006. p. 71-95.
- STEDILE, Joao Pedro. **A questão Agraria no Brasil: o debate na esquerda**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, J. P. Questão Agraria. In: CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.

